

LUCIANO AMARAL

EM NOME DO PAI
E DO FILHO...

O GRUPO ESPÍRITO SANTO,
DA PRIVATIZAÇÃO À QUEDA



D. QUIXOTE

ÍNDICE

Introdução	9
1. Nascimento	15
2. Crescimento	23
3. 1975: A primeira morte	47
4. Portugal em mudança: As privatizações	61
5. Renascimento	87
6. Novo crescimento: Dono disto tudo?	109
7. Novo crescimento: Dono disto tudo!	123
8. Um grupo que nunca mais acaba	143
9. Um grupo que acaba	163
10. Para além do Espírito Santo	195
Operações de Privatização em Portugal, 1989-2010	207
Árvore genealógica	213
Notas	221
Fontes e bibliografia	249
Índice onomástico	257

INTRODUÇÃO

«Os Espírito Santo são uma marca valiosa como a Vista Alegre»: o jornalista Filipe Fernandes ainda pôde usar esta frase de Leonardo Ferraz de Carvalho em 2003, para transmitir a ideia de encantamento geral com aquele nome.¹ Nesse tempo, muita gente lhe atribuía propriedades quase mágicas. A começar pela própria família que o ostentava. Como recentemente disse José Roquette, «houve sempre naquele grupo [...] a ideia de que o nome Espírito Santo resolvia os problemas todos»². Não admira, portanto, a dor de José Manuel Espírito Santo, neto do fundador da dinastia, quando verificou, depois das suspeitas de incompetência e mesmo ilegalidade que acompanharam o desaparecimento do grupo em 2014, que o nome passara a ser «tido como um produto tóxico»³. Antes do colapso, o nome era associado a uma espécie de aristocracia financeira portuguesa. De certa maneira, fazia sentido: era o grupo económico mais antigo em actividade em Portugal (o Grupo Mello, praticamente tão antigo, era prejudicado pela separação de interesses entre os dois irmãos, José Manuel e Jorge). Mas visto por outra perspectiva, não fazia: o seu fundador foi (no princípio da carreira, na segunda metade do século XIX) um modesto cambista de Lisboa, abandonado à nascença e semianalfabeto, cujo nome nem sequer seria esse caso

não o tivesse adoptado por volta dos 12 anos por razões religiosas. E nada disto aconteceu há muito tempo: ainda hoje estão vivos netos seus, como José Manuel.

Este livro acompanha a vida do Grupo Espírito Santo desde o seu regresso a Portugal na segunda metade da década de 1980 e inícios da década de 1990 até ao desaparecimento em 2014. Essa vida, embora interessante por si própria, é-o também por representar (e, de certa maneira, até simbolizar) a evolução da economia portuguesa e dos grupos económicos portugueses nos últimos 25 anos. Fazer a história do grupo e da família Espírito Santo não é fácil. Ao longo de cinco gerações, se exceptuarmos uma história oficial do banco muito incompleta (que termina em 1973) e uma fotobiografia oficial sobre Manuel Espírito Santo (com muito pouca informação que não seja fotográfica), não foram produzidos estudos históricos, biografias, autobiografias ou memórias sobre os seus membros ou empresas.⁴ Na década de 1990, o banco montou um arquivo histórico. Mas, apesar de todos os encómios que a decisão merece (por ser tão rara entre as empresas e os grupos económicos portugueses), a verdade é que a informação aí disponibilizada é escassa e seleccionada, não existindo, por exemplo, nada que permita reconstituir o percurso pessoal dos membros da família. Ora, como veremos mais à frente, esta dimensão foi muitas vezes decisiva para boa parte daquilo que aconteceu. Eu próprio pude beneficiar do acesso ao arquivo há alguns anos, o que foi de grande utilidade para reconstituir os contornos do grupo antes de 1974. Mas, para períodos mais recentes, o arquivo tem pouca utilidade. A reconstituição do grupo e da família a partir de 1974 feita nas páginas seguintes usa, portanto, apenas informação pública, disponível em artigos de jornal e livros. O problema dessa informação é a sua natureza parcelar, e também a probabilidade de conter falhas de veracidade difíceis de controlar.

Sem acesso a arquivos familiares ou empresariais, tudo o que se possa dizer sobre a família e o Grupo Espírito Santo terá sempre

uma dimensão um pouco especulativa. Mesmo assim, há aspectos da sua história que a informação disponível permite identificar, alguns dos quais viriam a ser decisivos para o seu desaparecimento. Em primeiro lugar, parece ter existido uma certa contradição entre a ambição de predomínio na economia e na sociedade portuguesas revelada pela família desde o seu regresso a Portugal e os recursos que teve à disposição para o conseguir fazer. Ao longo dos últimos 25 anos, a família Espírito Santo conviveu permanentemente com o seguinte problema: como chegar a essa posição de predomínio económico e social, e como preservá-la, sem perder o controlo do grupo. Dito de outra maneira, o grupo poderia ter crescido de forma mais saudável caso tivesse prescindido do controlo familiar, pois, graças às dificuldades demonstradas para o manter, a família sentiu-se obrigada a utilizar muitas vezes métodos de gestão e financiamento pouco ortodoxos. Ocorre que isso seria também um problema, uma vez que, a verificar-se, teria significado o desaparecimento do Grupo Espírito Santo enquanto grupo familiar. Este dilema tornou o financiamento do grupo cada vez mais difícil ao longo do tempo, até se tornar mesmo insustentável nos últimos anos. Em livros e artigos recentes sobre o colapso do grupo, este aspecto é bastante acentuado, sendo muitas vezes apresentado como o grande responsável pelo dito colapso. O que essas explicações não dizem é que o problema não era novo e que *sempre* foi um traço existencial do Grupo Espírito Santo. Então, se o problema era antigo, não é suficiente apenas por si só para explicar o colapso, apesar do contributo importante que certamente deu. Isto quer dizer que a questão passa a ser outra: por que razão um defeito de estrutura somente se tornou mortífero a partir de certo momento? Boa parte da responsabilidade para isso cabe à crise económica iniciada em 2007-2008. Mas outra cabe a uma crise de sucessão que rebentou na mesma altura e tornou tudo muito mais difícil de resolver. E chegamos aqui a mais um aspecto decisivo da

história do grupo e da família: o seu passado esconde várias crises familiares mal resolvidas e ressentimentos fundos que minaram a harmonia que alguma vez pudesse ter existido. Já em 1973, à morte de Manuel Espírito Santo, tinha havido uma crise de sucessão, com causas remontando a 1932; em 1991, à morte de Manuel Ricardo Espírito Santo, tinha voltado a haver uma crise de sucessão (que, de resto, se encadeava com a anterior e também com a forma como o grupo foi reconstituído depois das nacionalizações de 1975). A crise de 2013-2014 teve, portanto, raízes muito antigas. Explicá-las neste ponto do livro seria complicado, mas a verdade é que, sem elas, talvez o grupo ainda hoje existisse (apesar de todas as dificuldades). José Maria Ricciardi viu na sucessão de escândalos envolvendo Ricardo Salgado a partir de 2013 uma oportunidade para lhe suceder como chefe do grupo. O problema para Ricciardi é que Salgado já não se comportava bem como um chefe familiar ao estilo dos que o haviam antecedido. Se isso tornava a posição de Salgado mais frágil, por expor com maior facilidade a sua chefia a contestação, ao mesmo tempo diminuía a sua disponibilidade para proceder a uma transição ordeira.

Durante muito tempo, o grupo pôde viver de mecanismos de financiamento interno sem que os seus problemas se tornassem aparentes. Mas esses mecanismos não lhe eram exclusivos. Todos os grupos económicos os usavam e usam. Neste livro, o Grupo Espírito Santo é utilizado como exemplo de uma questão mais geral: ao longo da década de 1990, a elite política e económica portuguesa quis reconstituir grupos económicos nacionais como forma de compensação para o que tinha acontecido com a revolução de 1975. No entanto, para reprivatizar o que então tinha sido nacionalizado não era obrigatório adoptar esta solução. Por um lado, poder-se-ia ter sido menos hostil para com o investimento estrangeiro. Em vez disso, procurou-se reservar os activos reprivatizados para empresários portugueses. Por outro, poder-se-ia ter favorecido o

aparecimento de empresas baseadas nos princípios do «capitalismo popular», com o capital disperso por vários pequenos proprietários e com mecanismos desenvolvidos de protecção dos pequenos accionistas. Só que, então, via-se nestes grupos a única maneira de evitar que a economia caísse sob o controlo de estrangeiros. De forma a ter êxito nesta tarefa, os vários governos favoreceram a compra dos activos reprivatizados desde a década de 1990 por grupos económicos, garantindo-lhes, depois, condições de rentabilidade especiais, graças à falta de concorrência existente nos mercados em que passaram a actuar. Muitos monopólios (na electricidade, na refinação de petróleo ou nas telecomunicações) ou oligopólios (na banca ou nos cimentos) apenas passaram de mãos públicas para mãos privadas sem alterações de fundo nos respectivos mercados. Os grupos económicos tornaram-se verdadeiros especialistas em sectores pouco expostos à concorrência externa – aos quais os economistas gostam de chamar «não-transaccionáveis». O Grupo Espírito Santo foi um deles.

Portanto, ao contrário das grandes esperanças das décadas de 1980 e 1990, as privatizações não ajudaram ao crescimento económico e à competitividade da economia. Bem pelo contrário: de então para cá, a economia divergiu em relação às outras economias europeias e tornou-se cada vez menos competitiva. Isto não quer dizer que as privatizações e os grupos económicos foram os responsáveis por aquilo que aconteceu: a história é mais complicada e este livro tenta mostrá-lo. Mas também não pode haver dúvidas de que os grupos não ajudaram. Isto também não quer dizer que, se as privatizações não tivessem ocorrido e o sector empresarial público criado em 1975 tivesse sobrevivido, o desenvolvimento económico português teria sido muito melhor. Provavelmente, teria sido muito pior, dada a proverbial ineficiência dos nossos serviços públicos e das nossas empresas públicas. De resto, o sector empresarial público nunca teria servido para resolver o problema

da falta de concorrência. Mas não deixa de ser verdade que as privatizações só por si não foram suficientes para mudar a economia.

O Grupo Espírito Santo foi objecto de muitos livros depois do seu colapso. A maior parte procurou olhar sobretudo para os últimos meses de vida do grupo. Este livro dedica apenas uma pequena parte a esse período. Sendo um livro de história, olha para um passado um pouco mais distante. O período escolhido foi o dos últimos 25 anos, do início do processo de reprivatizações, quando a família pôde regressar a Portugal, até à actualidade. Os três primeiros capítulos falam brevemente do que ocorreu antes desse regresso: os inícios no século XIX, a expansão durante o Estado Novo e a nacionalização em 1975. O resto do livro é dedicado ao que aconteceu desde a segunda metade da década de 1980 até agora. Talvez se perceba melhor o fim do grupo olhando para o que antecedeu esse fim. Para além de que a sua história se confunde também em boa parte com a história do país. Eis algo que provavelmente nos ajudará a perceber melhor porque estamos hoje onde estamos.

NASCIMENTO

São várias as obscuridades que envolvem a história da família Espírito Santo e dos seus negócios. E a do seu começo não é das menores. Durante muito tempo, o nome Espírito Santo foi sinónimo da mais alta burguesia portuguesa. Mas a verdade é que, ao início, tratava-se apenas do apelido que um rapaz abandonado à nascença adoptou, aliás tardiamente, quando já tinha 12 ou 13 anos. Esse rapaz viria, em adulto, a ser conhecido por José Maria do Espírito Santo e Silva, e foi o fundador de uma das mais célebres dinastias empresariais portuguesas. Sabe-se muito pouco sobre ele. Sabe-se que nasceu a 13 de Maio de 1850, que era filho de pais incógnitos e que foi apresentado na Igreja da Encarnação, no Chiado, por uma parteira chamada Hipólita Joana. Segundo sugerem os historiadores oficiais da família, Carlos Alberto Damas e Augusto de Ataíde, na falta de nomes atribuídos pelos pais, foi baptizado simplesmente como José. Terá adoptado o nome Maria talvez apenas aquando do primeiro casamento, aparentemente em homenagem à Sagrada Família. Quanto ao apelido Silva, também o adoptou tardiamente, não sendo fácil descortinar uma razão para isso: talvez por se tratar de um dos nomes de Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, conde de Rendufe, que aqueles historiadores apontam como sen-

do o seu hipotético pai, ou talvez por se tratar, simplesmente, do mais comum dos apelidos portugueses. Quanto ao apelido Espírito Santo, José Maria adoptou-o por altura do crisma – a cerimónia católica que confirma o baptismo e pela qual o crente «recebe o Espírito Santo».¹

José Maria Espírito Santo viria a morrer em 1915, aos 65 anos, e no espaço dessa vida, que não foi muito longa, pode dizer-se que teve um percurso de ascensão social notável. Na base desse percurso esteve a fortuna considerável que conseguiu acumular. Infelizmente, não é possível reconstituir com detalhe a forma como tudo se passou. José Maria Espírito Santo não escreveu memórias, não pediu que lhe escrevessem uma biografia e não deixou muita informação sobre a sua vida e os seus negócios. Não se sabe nada da sua infância e adolescência, suspeitando-se apenas que não teve acesso a uma educação formal ou, se teve, que nunca terá passado dos rudimentos da alfabetização. É isto, pelo menos, que a sua correspondência na idade adulta indica, dados os erros gramaticais e ortográficos que nela abundam.² A primeira referência conhecida a seu respeito data de 1869, quando tinha 19 anos e era proprietário de uma casa de câmbios na Calçada dos Paulistas (hoje Calçada do Combro), em Lisboa.³ Na realidade, o estabelecimento não se dedicava apenas a operações de troca de divisas; nele também se compravam e vendiam obrigações, títulos de crédito nacionais e estrangeiros, também se faziam empréstimos e, sobretudo, vendiam-se bilhetes de lotaria espanhola, um hábito então muito popular no país.⁴ Parece que ao longo da década de 1870 essa popularidade decaiu, pelo que José Maria foi abandonando a actividade para se concentrar sobretudo nas operações cambiais e de crédito, o que o transformou num proto-banqueiro. Confirmou essa vocação em 1884, quando abriu a sua primeira casa bancária, a Beirão, Silva Pinto e C.^a. Espírito Santo era o sócio maioritário (com 66,6% do capital) e tinha como parceiros João de Oliveira

Casquilho, António Pereira dos Santos Beirão e José Norberto da Silva Pinto. A Beirão, Silva Pinto & C.^a situava-se na Baixa de Lisboa, na esquina da Rua Augusta com a Rua dos Capelistas (a actual Rua do Comércio), no local que viria a ser a primeira sede do Banco Espírito Santo (e que permaneceu como a sua «sede simbólica» e «histórica» até à extinção em 2014).⁵

Mais uma vez por razões que se desconhecem, Espírito Santo abandonou a casa bancária em 1889 e durante quase uma década não se envolveu em actividades financeiras.⁶ Em vez disso, dedicou-se ao imobiliário. Não se tratava de algo estranho aos seus interesses, pois desde a década de 1870 que se havia lançado em algumas operações no ramo, mas até 1889 tinha sido de importância secundária. De 1889 a 1897 foi o centro da sua actividade empresarial. Lisboa estava a crescer muito, com várias zonas rurais então limítrofes à cidade a serem convertidas em zonas urbanas (como as proximidades do Rato, a Lapa, Campo de Ourique ou Arroios), ou zonas já urbanizadas a sofrerem reconversão funcional (como a Avenida da Liberdade, que surgiu no lugar do Passeio Público). José Maria Espírito Santo esteve muito activo em todas estas novas zonas, acrescentando a isso empreendimentos avulsos noutros pontos da cidade.⁷

O abandono temporário da actividade bancária acabou por ser providencial. Em 1891-1892, Portugal conheceu uma das mais graves crises financeiras da sua história: o Estado revelou-se incapaz de pagar a sua dívida e, em consequência, o real (a moeda portuguesa do tempo) foi retirado do padrão-ouro.⁸ Um grande número de bancos e casas bancárias atravessou então dificuldades, tendo muitas ido à falência. Por estar fora da actividade, José Maria Espírito Santo escapou a essa sorte. Quando regressou a ela, em 1898, já a tempestade tinha passado. Com os parceiros da anterior, abriu uma pequena casa bancária, a Silva, Beirão, Pinto & C.^a, cuja dimensão estava, em termos de volume de negócios, muito distante das

maiores congêneres, como a Borges & Irmão, a Henry Burnay & C.^a, a José Henriques Totta ou a FONSECAS, Santos & Vianna, para não falar dos próprios bancos comerciais.⁹

José Maria Espírito Santo fez parte da segunda geração de banqueiros modernos portugueses, uma classe de empresários criada pelo liberalismo português do século XIX. Até meados desse século não existiam bancos ou casas bancárias em Portugal. O crédito era uma actividade essencialmente informal e apenas um banco tinha sido criado: o Banco de Lisboa (o antecessor directo do Banco de Portugal), em 1821. A criação de outros bancos e casas bancárias foi autorizada pelo Estado apenas a partir da década de 1840. A diferença entre bancos e casas bancárias estava no facto de os bancos serem de responsabilidade limitada (ou seja, os seus proprietários só eram responsáveis até ao montante do capital colocado no banco), e as casas bancárias serem de responsabilidade ilimitada (os seus proprietários eram responsáveis na totalidade dos activos que lhes pertencessem pessoalmente). Em geral, isto fazia com que os bancos fossem maiores do que as casas bancárias (embora houvesse excepções). Quando Espírito Santo abriu a sua primeira casa, o sistema financeiro português já se tinha desenvolvido bastante, existindo um número razoável de instituições do mesmo género.¹⁰

No início do século XX, Espírito Santo alcançou o estatuto de grande banqueiro lisboeta. Ao mesmo tempo, começou a interessar-se por actividades além da banca e do imobiliário. Em 1902, o volume de negócios da casa bancária aumentou bastante, sem que se consigam conhecer as razões para este êxito súbito. A verdade é que essa expansão a fez aproximar-se das maiores casas de Lisboa, algumas das quais viria mesmo a ultrapassar no final da década.¹¹ Este êxito permitiu então a Espírito Santo uma certa diversificação de interesses, investindo sobretudo nas colónias: em 1906, participou na fundação da Empresa Açucareira do Búzi (cujo objecto era o cultivo de cana-de-açúcar e a fabricação de açúcar), contri-

buindo com 6,5% do capital inicial.¹² A empresa situava-se em Moçambique, nas margens do rio Búzi, em Manica e Sofala. O maior accionista era a Companhia Colonial do Búzi, dos irmãos d'Orey, com 37,5% do capital. As restantes participações eram pequenas e distribuíam-se entre José Maria Espírito Santo a título individual, Waldemar de Albuquerque d'Orey e a casa bancária Fonseca, Santos & Vianna.¹³ Pelos padrões de Moçambique, tratava-se de uma pequena empresa: a sua produção combinada com a dos restantes produtores não chegava a um terço daquilo que então produzia a britânica Sena Sugar Estates, o incontornável potentado açucareiro nas colónias portuguesas, que também nasceu por estes anos.¹⁴

Mais importantes, porque feitas já em posição de referência, foram a aquisição de 31,7% do capital da Sociedade Agrícola do Cassequel e de 25% do capital da empresa António Costa & C.^a, em 1913.¹⁵ O objecto da primeira era a cultura de algodão e o fabrico de açúcar; e o da segunda era o comércio indiferenciado de produtos coloniais. António Costa era detentor de 50% do capital da Sociedade Agrícola do Cassequel e foi ele quem comprou a propriedade Maravilha do Cassequel (15 mil hectares), nas margens do rio Catumbela e nas imediações da povoação da Catumbela.¹⁶ Costa era vendedor de passarinhos em Lisboa e terá conseguido a participação financeira de Espírito Santo apenas mediante a entrega dos tais 31,7% do capital da empresa. Esta posição viria a ter muita importância nos negócios futuros da família.

Espírito Santo não foi o único a interessar-se pelas colónias. O investimento ultramarino tornou-se uma verdadeira mania por esta altura, tanto para portugueses como para estrangeiros. Henry Burnay, as famílias Bensaúde e Lima Mayer, o Banco Lisboa & Açores, o Banco Nacional Ultramarino, a casa bancária Fonseca, Santos & Vianna ou certos empresários institucionalmente menos estruturados (do género do sócio de Espírito Santo, António Costa) participaram intensamente neste movimento de exploração

dos recursos coloniais entre a década de 1890 e a segunda década do século xx.¹⁷ A euforia colonial não foi um acidente. Viviam-se então a «corrida a África», durante a qual os países europeus se entretiveram a retalhar África em esferas de influência. Portugal tinha medo de perder aquilo que considerava ser os seus «direitos históricos» no continente. O estímulo ao investimento nos territórios africanos que reclamava como seus foi uma forma de marcar terreno. Para além disso, a crise de 1891-1892 convenceu os governos portugueses de que era importante integrar a economia da metrópole com as das colónias, devendo estas funcionar como mercados para os produtos metropolitanos, e a metrópole como mercado para produtos coloniais. O principal método usado pelo Estado para atrair investidores foi oferecer-lhes condições de preços e de mercados privilegiadas.¹⁸

Em 1909, o sócio da casa bancária José Norberto da Silva Pinto morreu e José Maria Espírito Santo comprou a sua parte do capital. Em 1911, foi a vez de morrer o outro sócio, António Pereira dos Santos Beirão. A casa bancária foi dissolvida, e Espírito Santo abriu então a sua primeira casa bancária em nome individual, a J. M. Espírito Santo Silva.¹⁹ Em 1915, substituiria esta por uma nova sociedade, a J. M. Espírito Santo Silva & C.^a, em que os sócios eram maioritariamente da família: o genro, Custódio José Moniz Galvão, o filho José Ribeiro do Espírito Santo Silva e mais cinco amigos e conhecidos.²⁰ Foi a sua última actividade empresarial. Morreu a 24 de Dezembro de 1915, em consequência de uma aortite e de diabetes.²¹

À data da sua morte, José Maria do Espírito Santo e Silva tinha acumulado uma fortuna suficientemente grande para poder ser incluído na elite económica e social do país. Comprara uma quinta no Paço do Lumiar, na qual viveu a partir de 1897 (e que ainda hoje é propriedade da família). Assistiu a uma mudança de regime (a primeira de muitas por que a família passaria), com a abolição da

monarquia e a proclamação da república (em 1910), mas os negócios não foram afectados por isso. Diz-se até que tinha simpatias progressistas, talvez mesmo republicanas. Foi pai de seis filhos, resultantes de dois casamentos. Casou primeiro, em 1869, com Maria da Conceição Silva, de quem quase nada se sabe a não ser que, tal como ele, era de origens modestas e tinha sido exposta (isto é, abandonada) na freguesia da Encarnação, tal como ele também.²² O casal teve duas filhas, Luísa Cândida do Espírito Santo e Silva, precocemente morta aos 16 anos, em 1888, e Maria Justina do Espírito Santo e Silva, nascida em 1871. A mulher, Maria da Conceição Silva, morreu em 1891.²³ José Maria Espírito Santo voltou a casar em 1907, com Rita de Jesus Ribeiro, de quem também pouco mais se sabe para além de ser filha de lavradores de Vidago. O casal teve quatro filhos: Maria Ribeiro do Espírito Santo Silva (nascida em 1893), José Ribeiro do Espírito Santo Silva (nascido em 1895), Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva (nascido em 1900) e Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva (nascido em 1908).²⁴

Este casamento, do qual resultaram os três filhos homens de José Maria Espírito Santo, aqueles que viriam a consolidar e expandir a dinastia empresarial com o seu nome, também está envolvido numa certa obscuridade: todos os filhos, excepto o último, nasceram antes de José Maria e Rita terem casado. Ignora-se completamente que tipo de relação mantiveram até casarem durante a década que separa o nascimento da primeira filha e o matrimónio, assim como se ignora que tipo de relação mantiveram com os filhos. Nenhuma das mulheres com quem José Maria casou foi veículo de riqueza acrescida ou ascensão social, pois nenhuma possuía fortuna significativa ou vinha de família nobre ou burguesa.

Coube ao mais velho dos filhos homens, José, herdar a posição de chefe dos negócios da família. José tinha uma meia-irmã e uma irmã, ambas mais velhas, mas a família Espírito Santo, como é costume nas dinastias empresariais, adoptou princípios de sucessão

na chefia por via masculina. Aos 20 anos de idade, José Ribeiro do Espírito Santo Silva assumiu o papel de novo chefe dinástico. A altura em que o fez não foi fácil: a Primeira Guerra Mundial tinha começado um ano antes.

2.

CRESCIMENTO

Foram os filhos de José Maria Espírito Santo Silva que fizeram do banco e do Grupo Espírito Santo (GES) um dos maiores potentados económicos do país. José foi responsável pelo salto qualitativo que transformou a casa bancária em banco comercial no ano de 1920. Entre as décadas de 1930 e 1950, Ricardo viria a ser responsável pela transformação do Banco Espírito Santo (BES) no maior banco português e pela criação do grupo económico. A Manuel, da década de 1950 à de 1970, viria a caber o papel não só de manter a posição do BES como também de expandir e consolidar o grupo. Foi, portanto, a segunda geração Espírito Santo que, a partir do legado primordial do fundador, transformou o BES, um pequeno banco em 1920, num dos maiores grupos económicos em 1974.

Em 2010, Ricardo Salgado disse numa entrevista ao *Diário de Notícias* e à rádio TSF que o BES era «o banco de todos os regimes»¹. A frase foi tomada como uma *boutade* cínica, típica de um banqueiro florentino. Mas era mais do que isso: era um bom sumário da história empresarial da família Espírito Santo. Se o BES não tivesse sido o banco de todos os regimes, nunca o percurso dessa família teria sido o que foi. O fundador tinha assistido à passagem da monarquia para a república e os seus filhos assistiram à passagem da

I República para a Ditadura Militar, em 1926, e desta para o Estado Novo, em 1933, sem que nunca os negócios tivessem sido afectados. Pelo contrário: o período do Estado Novo, até 1974, foi o da sua maior afirmação e prosperidade. Só em 1974 e 1975, com as consequências revolucionárias do 25 de Abril, a sua capacidade de adaptação seria questionada.

O BES foi fundado a 9 de Abril de 1920. O seu principal accionista era a casa bancária Espírito Santo Silva & C.^a, detida a 100% pela família Espírito Santo. José Espírito Santo, o filho mais velho do fundador, tinha conseguido nos anos anteriores consolidar a posição da família: à morte do pai, em 1915, a casa J. M. Espírito Santo Silva & C.^a foi dissolvida, sendo então constituída a Espírito Santo Silva & C.^a, cujo capital era detido pela família numa proporção de 94% (cada um dos cinco irmãos com cerca de 18% e Custódio Moniz Galvão, o marido da filha do primeiro casamento do fundador, Maria Justina, com 2,5%).² Quatro anos depois, os sócios minoritários abandonavam a casa e o capital passava a pertencer por completo à família.³ No ano seguinte era criado o banco.

A Espírito Santo & C.^a subscreveu 98,75% do capital do novo banco, distribuindo-se o restante, em quotas iguais, por mais dez accionistas, entre os quais Carlos Pinto da Cruz e Mello, marido de Maria Espírito Santo, a filha mais velha do segundo casamento do fundador, e o próprio Ricardo Espírito Santo, o segundo filho homem do fundador.⁴ A vida inicial do banco não foi nada fácil. À data da criação, o BES era um banco pequeno, com uma quota de depósitos de apenas 1,65%. O mercado era dominado pela Caixa Geral de Depósitos (CGD, com cerca de 30% dos depósitos), pelo Banco Nacional Ultramarino (BNU, com cerca de 25%) e pelo próprio Banco de Portugal (BdP), que então funcionava ainda em parte como banco comercial (com cerca de 11%).⁵ O hábito de depositar dinheiro no banco não estava então muito difundido. Bastante gente preferia guardar o dinheiro «debaixo do colchão» e, quando